

11/12/2017 às 05h00

Demora na escolha de diretor para a Aneel preocupa setor

Por Rodrigo Polito | Do Rio



Participantes do mercado de energia elétrica têm dado sinais de preocupação com a demora do governo em indicar nomes para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Caso a Casa Civil não envie indicações para a avaliação do Senado até dia 23, quando tem início o recesso parlamentar, a autarquia ficará com o quórum mínimo de três diretores até fevereiro, em um período de relevantes discussões no setor, como a repactuação do risco hidrológico, que pode solucionar um imbróglio bilionário, além da privatização do controle da Eletrobras e da elaboração da reforma do marco regulatório do setor.



*Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil:
"Já é tempo para que haja definições"*

Composta por cinco membros, a diretoria da Aneel está com uma cadeira vaga desde outubro, quando terminou o mandato de José Jurhosa Junior. Em janeiro, outro diretor, Reive Barros, também deixa a agência. "Há um senso de urgência. É importante evitar vacância na diretoria da Aneel. Já é tempo para que haja definições", afirmou o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

O advogado Gustavo de Marchi, especialista do setor elétrico do escritório Décio Freire & Associados, diz que o mercado está preocupado com um cenário de indefinição na diretoria da agência. "A agenda regulatória para 2018 está bastante extensa."

No curto prazo, o maior problema é a repactuação do risco hidrológico. Os impactos dos déficits de geração das hidrelétricas, medido pelo fator de ajuste da garantia física (GSF, na sigla em inglês), podem chegar a R\$ 40 bilhões este ano. A Aneel participa das discussões de uma solução para a questão, que deve ser encaminhada por meio de medida provisória.

Em seguida, os dois principais temas do setor são a privatização do controle da Eletrobras, cujo projeto de lei deve ser apresentado ao Congresso ainda este ano, de acordo com o desejo do governo, e a reforma do arcabouço regulatório do mercado de energia, fruto da consulta pública realizada pelo Ministério de Minas e Energia com o mercado, em agosto. A reforma também deverá ser levada ao Congresso por projeto de lei e terá uma série de itens a serem regulamentados pela Aneel.

Segundo Sales, do Acende Brasil, o ideal é que os novos diretores tenham um currículo que contemple três pontos relevantes: formação acadêmica robusta, experiência profissional no setor elétrico, com passagem por empresas privadas e maturidade para tomar decisões relevantes, analisando seus impactos para a cadeia do mercado de energia elétrica.

"A Aneel hoje não tem um diretor que tenha passado pela iniciativa privada, quando o governo leva em consideração que a infraestrutura do país demanda cada vez mais investimentos privados", completou o especialista.

Conforme antecipado pelo **Valor** no fim de novembro, dois nomes despontam na corrida pela vaga aberta na diretoria em outubro: Rodrigo Limp Nascimento, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, e Sandoval Feitosa Neto, superintendente de fiscalização dos serviços de eletricidade da autarquia. Os nomes dos dois já foram apresentados por políticos ao Ministério de Minas e Energia.

O Valor **apurou** que o mercado se articula para emplacar um nome de terceira via na disputa pela vaga. Representantes de diversos segmentos convergiram para a indicação de Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). Mas pesa contra o executivo a falta de apoio político.

Por esse motivo, um grupo de representantes do mercado tem realizado encontros com senadores para apresentar o nome de Delgado e evidenciar a necessidade de ter um diretor com experiência na iniciativa privada. Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, o apelo do mercado e a sugestão do nome do diretor da Abradee têm sido bem recebidos pelos parlamentares.

A proposta do grupo é que o governo apresente uma lista de três nomes ao Congresso (Limp, Sandoval e Delgado) para obter uma aprovação prévia. Assim, dois assumirão no início de 2018 e o terceiro poderá ocupar uma vaga em agosto, quando termina os mandatos dos diretores André Nóbrega e Tiago Correia e o mandato do diretor-geral, Romeu Rufino.